

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer n.º 124, de 17 de dezembro de 2020.

Projeto de Lei Complementar n.º 006, de 14 de dezembro de 2020.

De autoria do Chefe do Poder Executivo, o projeto de Lei em epígrafe dispõe sobre alterações na Lei Municipal Complementar nº 062/2001, que dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras.

Na mensagem anexa à proposição, o chefe do Executivo menciona que *“A justificativa se faz, devido o Município de Ubá, por meio de Convenio, ter assumido atribuições para o Licenciamento Ambiental Municipal, além daquelas já previstas no ordenamento em vigor, por meio da Deliberação Normativa COPAM 213.”*

Aduz ainda que *“Com as novas atividades, todo o polo moveleiro de Ubá, terá sua análise processual junto a Unidade de Regularização e Licenciamento Ambiental, vinculado à Secretaria do Ambiente.”*

Relata, também, que *“Atualmente, o Município já realiza ações de cunho administrativo na área ambiental, e com o referido convenio, novas competências e outras atividades ganham espaço na gestão pública municipal.”*

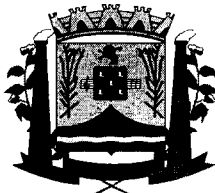
Na sequência do processo legislativo, vem a proposição à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico, e redacional, conforme previsto no artigo 48, do Regimento Interno.

No que tange à iniciativa para legislar sobre a matéria, a Constituição da República Federativa do Brasil, através da dicção dos dispositivos dos artigos 30, I, II e 145, estabelece que é competência dos Municípios, conforme enunciado do dispositivo legal abaixo descrito:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I –legislar sobre assuntos de interesse local;

II –suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)"

"Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

(...)"

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

(...)"

Assim, levando em consideração ao poder constituinte derivado decorrente, a Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu autonomia aos demais entes federados para se organizarem nos seus aspectos político, administrativo, e financeiro por meio de suas próprias Constituições quando se tratar de estados membros, e através da Lei Orgânica quando se tratar de municípios.

Do mesmo modo, ainda quanto a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Lei Orgânica Municipal, através da dicção do artigo 21, I, II, e VII, estabelece que é competência privativa do Município.

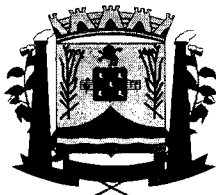
" Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições

I-legislar sobre assunto local

II-suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber

(...)

VII – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados nesta Lei orgânica;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

(...).”

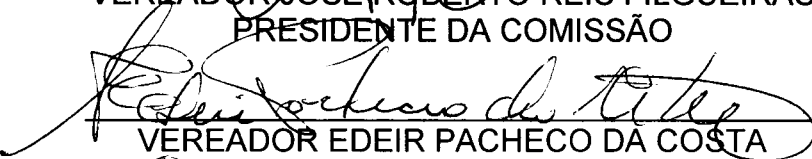
Feita a análise prévia sobre as considerações iniciais referentes à iniciativa do ente federado para legislar sobre a matéria em questão, passaremos a análise dos aspectos constitucional, jurídico e redacional da proposição.

A projeto de Lei Complementar n.º 006/2020, foi elaborado com a finalidade de alterar a Lei Complementar Municipal nº 062/2001, no que tange à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

Vê-se, diante de todo o exposto, que a matéria não contém vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que maculem o Projeto de Lei Complementar n.º 006/2020, e, portanto, esta comissão se manifesta favoravelmente à sua aprovação.

Ubá, 17 de dezembro de 2020.


VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
PRESIDENTE DA COMISSÃO


VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO


VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO